



Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo

2014-2018

AVALIAÇÃO EXECUÇÃO 2014



Cascais, fevereiro de 2015

Sumário Técnico (A)

Identificação do Projeto/Programa/Protocolo	Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo – Relatório de avaliação e execução 2014		
CMC - Unidade orgânica responsável	DIPS/DHS		
CMC -Equipa Técnica	Teresa Casaleiro		
Objetivo Estratégico para o qual concorre	Diminuição do nº de pessoas sem-abrigo no concelho de Cascais;		
Período a que respeita o Relatório	Ano letivo _/_	Ano civil 2014	De _/_/___ a ___/___/___
Identificação da Parceria	GPISA - CMC; ISS serviço local; ACES Cascais (Unidade de Saúde Pública); C.C.P. Carcavelos; AMI; SER+; Clube Gaivotas da Torre, Associação Juvenil; HPP Hospital Dr. José de Almeida; Equipa Tratamento do Eixo Oeiras Cascais do CRI Lisboa Ocidental; Coordenadores Eq. Freguesia; MISIP; IPSS do concelho de Cascais.		
Publico Alvo (tipologia e nº)	Pessoas sem-abrigo		
Localização da ação (Freguesia, espaço físico)	Concelho		
Metas definidas	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a coordenação do GPISA (Grupo do Planeamento da Intervenção com os Sem Abrigo); - Garantir a gestão da Base de Dados Concelhia das pessoas sem-abrigo; - Garantir a implementação das metas propostas para 2014 no âmbito do Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014/2018; - Concretizar uma candidatura para financiamento do Projeto Casas Primeiro em Cascais; 		
Resultados alcançados	<ul style="list-style-type: none"> - 5 Municípes sem-abrigo integrados em casas individualizadas no âmbito do Projeto-piloto Casas Primeiro em Cascais permanecem no projeto; - 12 Municípes sem abrigo integrados na residência apoiada Domus Spes – Casa Esperança. Destes, 4 saíram da residência por processo de autonomia (casa e trabalho); - 5 Municípes sem-abrigo integrados em habitação municipal; - 75 Municípes sem-abrigo com gestor de caso atribuído; 		
Execução financeira	Origem do Financiamento		Investimento
			Programado
			Executado (I)
	Publico	CMC (II)	€ 69.331,00
		ISS	€ 35.180,00
	Privado	CCP Carcavelos	€ 8.851,04
	Total	€ 113.162,04	€ 152.184,04
	Investimento total executado por beneficiários (I / total de beneficiários)		€ 1.521,84
	Investimento CMC executado por beneficiários (II/ total de beneficiários)		€ 1.081,53

Relatório (B)

Enquadramento e Objetivos

O relatório de avaliação e execução 2014 responde aos objetivos definidos relativamente aos Eixos propostos no âmbito do Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (Plano) 2014-2018, nomeadamente:

Eixo 1 – Conhecimento do Fenómeno;

- Promover o conhecimento sobre a dimensão e natureza do fenómeno.

Eixo 2 – Qualificação da Intervenção;

- Realizar uma intervenção integrada em situação de rua e ao nível do acompanhamento das pessoas sem-abrigo.
- Garantir a existência de gestores de caso nas situações sinalizadas.
- Garantir a definição e implementação de planos individuais de intervenção, com base numa avaliação diagnóstica.
- Garantir respostas de alojamento permanente e à medida, com base na natureza e diversidade das situações de sem-abrigo, reduzindo as formas mais severas.
- Promover a autonomização das situações de sem-abrigo alvo da intervenção.
- Promover a melhoria da qualidade dos serviços e respostas para pessoas sem-abrigo.

Eixo 3 – Prevenção

- Promover, propor e acompanhar Programas na área da habitação, emprego, saúde e educação, que permitam prevenir a condição de sem-abrigo.

Propuseram-se como metas para o triénio 2014-2016:

- Monitorização do fenómeno dos sem-abrigo através da gestão de uma base de dados concelhia;
- 90% das situações sinalizadas têm definido um gestor de caso;
- 60€ das situações sinalizadas, com gestor de caso atribuído, acordaram um Plano de Inserção;
- Manter a oferta de 5 casas disponíveis para o Projeto Casas Primeiro em Cascais;
- Assegurar que 100% das situações de sem-abrigo sinalizadas durante a vigência do Plano, com gestor de caso atribuído e plano de intervenção individual ativo, e se integrarem os critérios, têm pedido de habitação social à CMC;
- 100% das pessoas sem-abrigo integradas em fogos municipais, têm um acompanhamento pós realojamento;
- 60% das pessoas integradas na Domus Spes (Casa Esperança) correspondem a processos efetivos de autonomização individual e 60% das pessoas integradas na residência não permanecem na mesma para além da duração prevista no regulamento;
- 80% das pessoas integradas na Domus Spes (Casa Esperança) estão a trabalhar ou têm uma prestação social adequada (RSI, pensão social, invalidez, reforma);
- 40% das pessoas integradas no Projeto Esperança de Recomeçar correspondem a processos de autonomização individual;
- Em dezembro de 2014 estão definidos, com a equipa de Cascais da DGRSP, os procedimentos a realizar, pela equipa e pelas entidades concelhias com intervenção social com as pessoas sem-abrigo, que garantam a articulação e agilização das respostas e intervenções e uma melhor integração de ex. reclusos na comunidade;

- Em dezembro de 2014 estão definidos com o SEF Cascais, os procedimentos a realizar, pelo SEF e pelas entidades concelhias com intervenção social com as pessoas sem-abrigo, que garantam a articulação e agilização de respostas e intervenções;
- Em dezembro de 2014 estão definidos com os Serviços de Saúde Mental concelhios, os procedimentos a realizar pelos mesmos e pelas entidades concelhias com intervenção social com as pessoas sem-abrigo, que garantam a articulação e agilização de respostas e intervenções;
- Até 2015 promover a articulação com o Ministério da Justiça com o objetivo de isentar os municípios em condição de sem-abrigo, com gestor de caso e plano de intervenção individual, do pagamento da sua documentação (ex. Cartão de Cidadão);
- 80% das pessoas sem-abrigo, com gestor de caso atribuído, acedem aos recursos sociais concelhios nomeadamente, aos financiados pela Autarquia e pela Administração Geral, como Protocolo das Farmácias, Cascais Mais Solidário, Banco Alimentar, Cantinas Sociais e Apoio Alimentar, Lojas Solidárias, independentemente da sua situação de legalidade no país;

Ações concretizadas

- Coordenação do GPISA através da sua dinamização (marcação e dinamização de reuniões, realização de atas ou outros documentos, com resultados das reuniões, e partilha pelos elementos do Grupo);
- Acompanhamento e monitorização de projectos implementados/integrados no Plano (Projeto Piloto Casas Primeiro em Cascais; Projeto Esperança de Recomeçar; Projeto Casa Esperança) através de reuniões com as entidades executoras e equipas técnicas envolvidas;
- Gestão da base de dados concelhia através do registo de novas situações sinalizadas e actualizações das informações das situações já inseridas;
- Dinamização das reuniões das equipas de freguesia de Alcabideche, Carcavelos Parede, Cascais Estoril e São Domingos de Rana;
- Deslocações a locais específicos para identificação de pessoas na condição de sem abrigo após sinalização por entidades ou municípios;
- Pesquisa, levantamento de informação e consulta de sítios para possível Concretização de candidatura para financiamento do Projeto Casas Primeiro em Cascais;

Resultados

Destacam-se como principais resultados alcançados com a execução do Plano 2014, os seguintes:

- 5 Municípios sem-abrigo integrados em casas individualizadas no âmbito do **Projeto-piloto Casas Primeiro em Cascais** – parceria com a AEIPS, Associação para o Estudo e Integração Psicossocial - permaneceram nas mesmas demonstrando maior regularidade no acesso aos recursos da comunidade mas também uma maior autonomia na gestão do seu quotidiano com maior capacidade de permanência no espaço casa para as atividades de higiene pessoal e alimentação;
- 12 Municípios sem abrigo estiveram integrados na residência apoiada **Domus Spes – Casa Esperança** (valência de alojamento temporário de 6 meses a 1 ano para a reinserção social de pessoas em situação de sem abrigo gerida pelo Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos com o apoio da CMC) 5 corresponderam a novas entradas e 4 saíram da residência por processo de autonomia (casa e trabalho);

- 5 Municípios sem-abrigo integrados em habitação municipal no âmbito do PMAHS - **Programa Municipal de Acesso à Habitação Social**;
- Continuidade do **Projeto Esperança de Recomeçar** executado pelo Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos, e que disponibiliza um conjunto de serviços específicos para as pessoas sem-abrigo, de acordo com o quadro comparativo em baixo:

Esperança de Recomeçar	2011	2012	2013	2014
Sala de convívio	84 utentes	55 utentes	84 utentes	80 utentes
Refeições	10551	8760	12529	12459
Cuidados de Higiene	2597	1577	2626	2738
Encaminhamentos	59	36	43	38
Autonomização (casa e trabalho)	25	12	26	26

- 75 Municípios sem-abrigo com gestor de caso atribuído (75%);
- Participação na criação de uma **Rede de Parceria Nacional** para implementação da metodologia «Housing First» em Portugal. Esta rede de parceria nacional pretende a descentralização e implementação desta metodologia a nível nacional através de candidaturas ao Portugal 2020 para o financiamento da execução, monitorização e avaliação dos impactes; A concretização de uma resposta de intervenção para as pessoas sem-abrigo no modelo housing first; A produção e disseminação do conhecimento sobre o modelo housing first. A Rede é constituída pela Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS), Câmara Municipal de Cascais, Câmara Municipal da Amadora, Câmara Municipal de Aveiro, Câmara Municipal de Braga, Câmara Municipal de Coimbra, Associação Florinhas do Vouga (NPISA Aveiro), Associação Integrar (NPISA Coimbra), Associação Piaget (Vila Nova de Gaia e NPISA Porto); Associação Crescer na Maior (Lisboa); Clube Gaivotas da Torre – Associação juvenil (Cascais);
- Divulgação de informação relativa à execução e monitorização do Plano no sítio web da Rede Social de Cascais e no sítio web da CMC.
- Atualização da publicação de informação relativa à implementação, execução e avaliação do Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem Abrigo no [Habitact Policy Bank](http://HabitactPolicyBank) em www.habitact.eu - European Exchange fórum on local homeless strategies;
- Participação da CMC através da apresentação da comunicação “Cascais is changing” na «9th European Research Conference on Homelessness – Homelessness in time of crisis» organizada pela European Observatory on Homelessness e pela European Federation on National Organisation Working with the Homelessness (FEANTSA) e realizado em Varsóvia, Polónia a 19 de setembro;

Análise Base de Dados Concelhia (quadros em anexo)

- Foram sinalizadas 65 novas situações de pessoas sem-abrigo no concelho e como tem vindo a ser uma constante é nas Uniões de freguesia Carcavelos Parede e Cascais Estoril que o maior nº se situa 24 novas sinalizações em cada;
- O nº de sinalizações tem vindo a aumentar sucessivamente todos os anos (22 em 2011, 24 em 2012 e 55 em 2013) o que poderá resultar das condições socioeconómicas do país, das leis da imigração que dificultam a renovação da documentação das pessoas sem rendimentos o que conjugado com um aumento do desemprego em determinados setores da economia faz aumentar o nº de pessoas em situação irregular dificultando o acesso a novos empregos e a recursos financeiros. Uma maior visibilidade deste fenómeno e maior índice de participação e cidadania da população em geral também se traduz no aumento de sinalizações de pessoas na condição de sem abrigo;
- Das 65 novas sinalizações, 50 são do género masculino e 15 do feminino. Continua-se a verificar a identidade de género como um fator de vulnerabilidade para a condição de sem abrigo onde o género masculino apresenta uma maior visibilidade nos percursos de rua. As mulheres na condição de sem abrigo regularmente não estão na rua e sim em alojamentos precários e/ou temporários como seja a casa de conhecidos/amigos onde vão pernoitando. As mulheres apresentam também, maior resposta institucional na emergência.
- Cerca de 72% (47) destas novas sinalizações têm gestor atribuído e destas situações com gestor atribuído 47% (22) têm definido o plano de inserção;
- Realçamos ainda, que a 31 de dezembro estavam ativas 39 situações (60%) e 26 (40%) tinham passado a passivas ou seja, tinham saído da condição de sem-abrigo;
- Do nº total de situações ativas a 31 de dezembro (100) 75 (75%) tinham gestor de caso atribuído e destas 75 situações, 45 (60%) tinham um plano de inserção definido. Contrariamente a anos anteriores a percentagem de situações com gestor de caso atribuído aumentou mas por outro lado a percentagem com plano de inserção diminuiu o que pode evidenciar uma maior dificuldade dos gestores de casos em acompanhar com regularidade as pessoas mas também um aumento de pessoas na condição de sem abrigo a recusar qualquer intervenção;
- Mais uma vez os dados evidenciam discrepância entre o nº de mulheres (18 corresponde a 18%) e de homens (82 corresponde a 82%) na situação de ativos para a condição de sem-abrigo;
- No total de 100 pessoas ativas 40 têm pedido de habitação social à Câmara. Este dado per si não mostra o nº de pessoas na condição de sem abrigo que recusam fazer um pedido de habitação social apesar de terem tido acesso à informação e apoio para a sua realização. Também não evidencia o nº de pessoas que não preenchem os requisitos próprios para o mesmo efeito (por exemplo: permanecerem a pernoitar no concelho à menos de 2 anos; estarem em situação irregular no país). O levantamento destes dados de extrema importância terá que ser integrado nos itens da Base de Dados;
- A maior articulação entre bases de dados, nomeadamente a base de dados de habitação e a base de dados para os sem-abrigo, e uma correta leitura do conceito de sem abrigo aplicado ao instrumento de análise e validação de Caso Grave de Habitação permitiu identificar cerca de 25 pessoas/agregados validadas como Caso Grave de habitação no âmbito do PMAHS que também se enquadravam na situação de sem abrigo. Essas pessoas/agregados foram registadas na base de dados de sem abrigo no ano que foram validadas como estando na situação de caso grave de habitação o que levou a que os dados de novas sinalizações por ano civil apresentados nos relatórios de avaliação anteriores estejam desatualizados;

- Desde 2010 até 31 de dezembro de 2014 foram sinalizadas e identificadas 294 pessoas na condição de sem abrigo no concelho de Cascais. Destas, 194 estão “arquivadas” ou seja na sua maioria encontraram alternativa para a sua situação;

Caraterização das pessoas na condição de sem abrigo ativas a 31 de dezembro 2014 – Alguns dados

Breve enquadramento à base de dados

No início de 2014 a base de dados concelhia até então na aplicação Excel foi migrada para a aplicação Access. A “nova” base de dados concelhia para caracterização e gestão dos processos das pessoas sem-abrigo faz parte de uma estrutura maior pois permite um registo único e integrado de todos os munícipes beneficiários de projetos sociais ou de saúde promovidos com apoio financeiro da autarquia através do cruzamento do NISS ou do NIF.

Esta base de dados quando completamente preenchida permite uma melhor caraterização dos públicos-alvo o que se traduz num melhor diagnóstico e o que contribui para uma maior eficácia na proposta de respostas à medida.

Apesar de dispormos agora de um instrumento de melhor qualidade o seu preenchimento efectivo e atualização ainda apresentam alguns constrangimentos que inviabilizam uma correta caracterização das pessoas na condição de sem abrigo no concelho e por isso um correto diagnóstico para a ação. A obtenção de dados depende a todo o momento dos técnicos que vão fazer a identificação das situações e dos gestores de caso quando já atribuídos. A frequente mobilidade das pessoas nesta condição, a sua desconfiança perante a presença de técnicos que em determinadas situações representam uma ameaça (pessoas em situação irregular; pessoas em descompensação psicológica/psiquiátrica) e mesmo a recusa sistemática de relação de proximidade e apoio dificultam o processo de obtenção de informação. Por outro lado, na grande parte das situações com gestor de caso atribuído os gestores têm um conhecimento considerável dos seus clientes mas esse conhecimento não é partilhado de forma sistemática principalmente no que concerne a diagnóstico de entrada e identificação de problemas. O nº reduzido de técnicos com funções de gestor de caso no concelho e o excesso de situações sociais com necessidade de acompanhamento psicossocial pelas entidades com intervenção social no concelho, para além das situações identificadas como sem abrigo, dificulta todo um ciclo de procedimentos.

Dados de Caraterização (quadros em anexo)

- A leitura dos quadros de caraterização em anexo permite-nos perceber que o escalão etário com maior representatividade é o de 30-39 anos (29 pessoas) seguido do de 40-49 anos (23 pessoas) e 50-59 anos (20 pessoas). Juntos representam 72% das pessoas ativas na base de dados a 31 de dezembro.
- São principalmente Portugueses (de nacionalidade e naturalidade) que se encontram nesta situação, solteiros e vivem sozinhos sem crianças.
- Identificam-se como principais problemas a falta de habitação, seguida da carência económica, toxicodependências, desemprego e falta de ocupação/formação, saúde mental sem diagnóstico médico formal. Estes fatores podem definir uma só pessoa o que quer dizer que não conseguimos ter uma correta identificação de problemas relativamente a todas as pessoas registadas na base de dados. Este dado reforça-se pois no item de caraterização seguinte “situação profissional” podemos perceber que cerca de 40 pessoas estão na situação de desempregadas (o dobro do nº de pessoas identificadas com esse problema no quadro anterior), 13 estão sem atividade e 7 estão empregadas. Relativamente a 34 pessoas não temos dados.
- Quanto à fonte de rendimento podemos ver que 23 são beneficiárias do RSI, 12 não têm qualquer rendimento mas que continuamos sem ter informação relativamente a 33 pessoas.

- Pernoitam principalmente em alojamentos não convencionais (51 pessoas) como garagens, casas inacabadas, casas abandonadas, carros ou semelhantes. 13 pessoas estão sem teto ou seja mesmo na rua, geralmente em logradouros de prédios. Não sabemos informação de 34 pessoas.
- Os motivos que levam estas pessoas à condição de sem abrigo passam por ruturas familiares a perda de emprego e motivos pessoais (geralmente doenças dos próprios) no entanto e mais uma vez a falta de dados condiciona um diagnóstico correto.

A visualização e o estudo mais aprofundado da base de dados permitiu perceber o grande investimento que tem que ser feito no sentido de sensibilizar os gestores de caso para uma melhor e mais eficaz partilha da informação com os coordenadores das equipas de freguesia ou com a coordenação do GPISA. Também permitiu perceber a necessidade de esmiuçar algumas questões acrescentado alguns itens e a pouca relevância de outros que poderão ser retirados. Diligências que deverão ser levadas a avante durante o ano 2015.

Impactes

Os principais impactes da execução do Plano em 2014 já foram referidos atrás como resultados:

- - 5 pessoas deixaram a condição de sem abrigo através do Projeto Casas Primeiro em Cascais;
- - 5 pessoas deixaram a condição de sem abrigo através do PMAHS;
- - 4 pessoas saíram da situação de sem abrigo e tornaram-se autónomas através da permanência temporária na Casa Esperança;
- - autonomização de 26 pessoas na condição de sem abrigo beneficiárias do projecto Esperança de Recomeçar;

Percebe-se que são as respostas mais integradas, que atuam na pessoa nas suas múltiplas dimensões, e estruturantes, que criam impacto e verdadeiras mudanças para uma autonomização consciente e duradoura.

Fatores de inovação

A possibilidade de transpor parte da abordagem metodológica Housing First ao Projeto Alojamento à Medida nomeadamente:

- - Habitação permanente e integrada apesar de em bairros de habitação social;
- - Casas individualizadas;
- - Separação entre a habitação e tratamento, considerando a casa como ponto de partida para um percurso de recuperação, autonomia e integração social;
- - Contratos de arrendamento com os senhorios e com as empresas fornecedoras de água, eletricidade e gás contratualizados pelas entidades promotoras que assumem o pagamento das rendas das casas e despesas com esses consumos domésticos. Os participantes contribuem com 30% do seu rendimento mensal;
- - Serviços de suporte habitacional flexíveis, individualizados e orientados de acordo com as necessidades e objetivos dos participantes; O acompanhamento continuado e de longo prazo realiza-se, essencialmente no contexto residencial e nos contextos da comunidade.

Investimento

O investimento executado da CMC em 2014 para apoio a projetos e respostas integrados no âmbito da implementação do Plano foi de € 108.153,00 (enquanto em 2013 foi de € 53.188,17 e em 2012 foi de € 62.895,55) no entanto desse investimento, € 38.822,00 foi atribuído para um projeto a desenvolver apenas a partir de janeiro de 2015 nomeadamente

o Projeto de Alojamento à Medida a ser executado pelo Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil. Consta-se assim uma variabilidade no investimento financeiro para a intervenção com as pessoas sem-abrigo por parte da autarquia.

O investimento programado correspondeu a € 693,31 por pessoa/ano tendo em consideração o nº total de pessoas em situação de ativo a 31 de dezembro (100). Esse valor correspondeu a € 1,90 pessoa/dia.

O usufruto deste investimento/custo por parte da CMC não foi igual para todas as pessoas identificadas como sem-abrigo na base de dados pelo facto de terem sido privilegiadas as pessoas em acompanhamento técnico por gestor de caso, com acesso a recursos da comunidade e integrados em projetos específicos como sejam o projeto Casas Primeiro em Cascais, Casa Esperança e Esperança de Recomeçar. Como já foi referido atrás, a diferença entre o financiamento programado e o financiamento executado deve-se ao resultado da intervenção realizada e à proposta de financiamento para um novo projecto a executar a partir de janeiro 2015 - Projeto Alojamento à Medida.

Medidas a adotar

O fim do Projeto Mais Perto da forma como esteve implementado até dezembro de 2013 e a incapacidade financeira de implementar a alternativa proposta durante o ano de 2014, ou seja a realização de uma candidatura à medida Estágios Profissionais do IEFP para a contratação de um estagiário com licenciatura na área das ciências sociais e humanas através do Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil, veio condicionar o acompanhamento psicossocial prestado na União de freguesias Cascais Estoril pela redução do nº de gestores de caso principalmente pelo facto de esse gestor estar em exclusivo para as pessoas sem-abrigo. Este constrangimento está ultrapassado e irá para a frente durante o ano 2015.

O Concelho de Cascais apresenta um conjunto de respostas de alojamento temporário (Casa Esperança) e/ou permanente (Projeto Casas Primeiro e Programa Municipal de Acesso à habitação Municipal – PMAHS) das mais adequadas porque permitem e contemplam o acompanhamento psicossocial regular e de proximidade com vista a uma maior integração ou reinserção da pessoa sem abrigo na comunidade e a sua eventual autonomização. No entanto a falta de programas de apoio financeiro a nível nacional e a ausência do lançamento de candidaturas aos fundos comunitários no âmbito do Programa Portugal 2020, levaram a um aumento substancial do investimento financeiro da autarquia isoladamente na concretização do Projeto Casas Primeiro em Cascais durante 2014. Estudos internacionais demonstram que financeiramente fica mais caro ao contribuinte a permanência da pessoa sem abrigo na rua que em alojamento e fica substancialmente mais caro 1 pessoa sem abrigo alojada em albergue ou instituição de acolhimento do que alojada em apartamento individual através da metodologia Casas Primeiro. Estas diferenças a nível dos custos estão directamente relacionadas com os custos da utilização das respostas sociais, de saúde e da justiça necessárias e consequentes ao acompanhamento social, ou falta dele, nas várias respostas de alojamento atrás referidas. Foi proposto e negociado com a Associação para o Estudo e Integração Psicossocial AEIPS, entidade dinamizadora do Projeto Casas Primeiro em Cascais até dezembro 2014, e o Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil, a transferência da gestão e dinamização daquele projeto em 2015. Mas em complementaridade também se quis aumentar o nº de pessoas beneficiárias de alojamento individualizado e com o que diferencia a metodologia HousingFirst, acompanhamento psicossocial regular e de proximidade pelo que nasceu o Programa Alojamento à Medida.

Continua a intenção de se realizar uma candidatura ao Programa Portugal 2020 através de parceria com as instituições do concelho de Cascais e outras que se considerem estratégicas para a concretização dos objetivos e metas a implementar no âmbito do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014-2018.

Questionamento

A inexistência de uma equipa especializada multidisciplinar para intervenção na emergência e 1ª abordagem às pessoas sinalizadas na condição de sem abrigo e também num contexto de acompanhamento na rua, foi sentido como um grande condicionante.

ANEXOS

Análise Base de Dados – Dados globais de execução 2014

- 1- Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de situações de sem abrigo em 2014:

Género	Alcabideche		Carcavelos Parede		Cascais Estoril		S. D Rana	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Nº	1	2	3	21	7	17	4	10
	3		24		24		14	
Total	65							

- 2- Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de situações de sem abrigo em 2014 com Gestor de Caso, Plano de Intervenção e que foi suspenso ou encerrado durante o ano de 2014:

Freguesias	Novas Sinalizações 2014									
	Total		Com Gestor Atribuído		Com Plano Intervenção		Suspenso e/ou Encerrado		Ativos a 31 de dezembro	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Alcabideche	1	2	-	2	-	2	-	1	1	1
Carcavelos Parede	3	21	3	21	1	5	1	10	2	11
Cascais Estoril	7	17	6	11	3	8	2	7	5	10
São D. Rana	4	10	2	2	1	2	-	5	4	5
Total	15	50	11	36	5	17	3	23	12	27
	65		47		22		26		39	

- 3- Distribuição por Freguesia de casos ativos em 2014 por período de registo e por existência de gestor de caso e de plano de inserção individual:

Freguesias	A 31 de Dezembro						
	Com Gestor/a caso atribuído/a			Total sem Gestor/a caso atribuído/a 4	Total casos ativos 5=(3+4)	% de casos ativos com gestor caso atribuído 6=(3*100/5)	% de casos ativos com gestor caso atribuído e plano de inserção individual definido 7=(1*100/3)
	Total com gestor caso 3=(1+2)	Com plano de inserção individual definido (1)	Sem plano de inserção individual definido (2)				
Alcabideche	6	6	0	1	7	87	100
Carcavelos Parede	25	11	14	4	29	86	44
Cascais Estoril	33	23	10	8	41	80	70
S D Rana	11	5	6	11	22	50	45
Desconhecida	0	0	0	1	1	0	0
Totais	75	45	30	25	100	75	60

- 4- Distribuição de Género por freguesia nos processos ativos a 31 de dezembro de 2014

	Género		Total
	Feminino	Masculino	
Alcabideche	2	5	7
Carcavelos	2	27	29
Cascais	7	34	41
S. D. Rana	7	15	22
Desconhecido	-	1	1
Total	18 (18%)	82 (82%)	100 (100%)

- 5- Distribuição em dezembro de 2014 por tipo de motivo de saída da situação de sem abrigo

Motivos		Situação passiva para a condição de Sem Abrigo			
Dimensões	Categorias	Total	Homens	Mulheres	Total %
Acesso a habitação permanente	Quarto arrendado	17	12	5	25%
	Casa arrendada	11	8	3	
	Projeto Casas Primeiro	5	4	1	
	Realojamento PMAHS	15	11	4	
Suporte familiar e amigos	Casa de família	19	14	5	11%
	Casa de amigos	3	3	-	
Internamentos temporários	Comunidades Terapêuticas	21	17	4	15%
	Casa Esperança	4	4		
	Prisão	5	4	1	
Outras	Falecido(a)	13	12	1	49%
	Saiu do Concelho	30	25	5	
	Paradeiro desconhecido	51	46	5	
		194	160	34	

Evolução comparativa da execução – 2010 a 2014

- 1- Evolução do número total de casos sinalizados por ano:

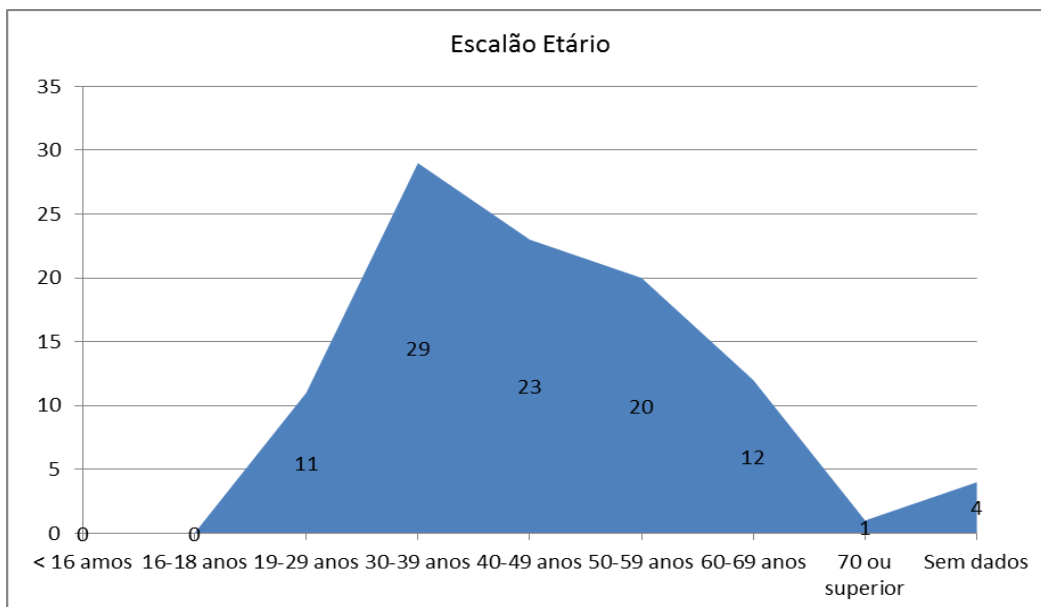
Ano	Nº Total Sinalizações		
	Pré-diagnóstico inicial	Durante a execução do Plano	TOTAIS
2010	100	28	128
2011		22	22
2012		24	24
2013		55	55
2014		65	65
TOTAIS		194	294

- 2- Evolução do número total de casos ativos (em acompanhamento) entre Março de 2010 e Dezembro de 2014 por situação face a atribuição de gestor(a) de caso:

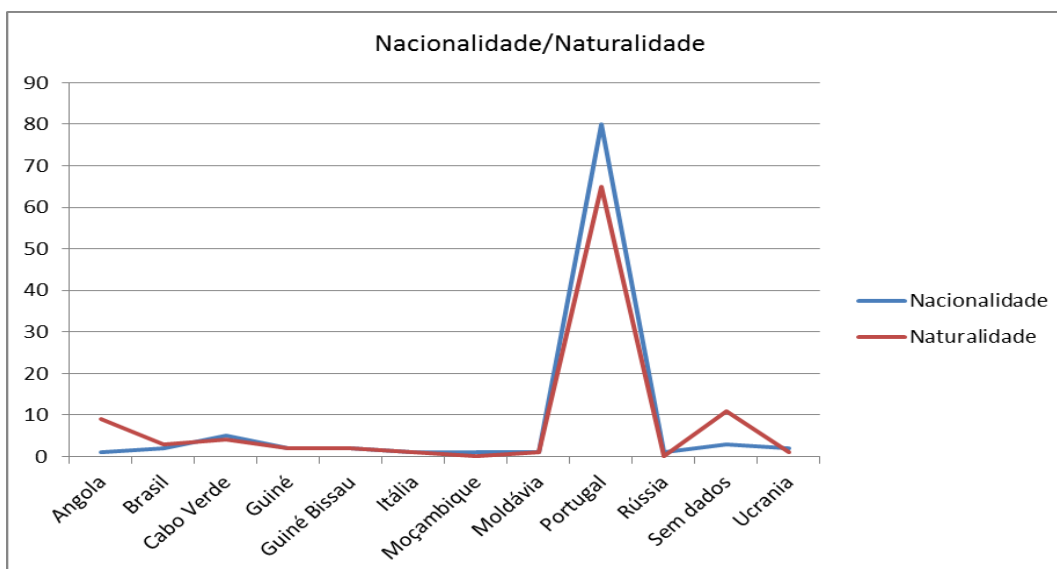
	2010	2011	2012	2013	2014
	Março	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
Total de Casos Ativos	100	53	67	76	100
Com Gestor de Caso Atribuído	58	38	53	48	75
Sem Gestor de Caso Atribuído	42	15	14	28	25

Caraterização das pessoas na situação de ativo para a condição de sem abrigo em 2014

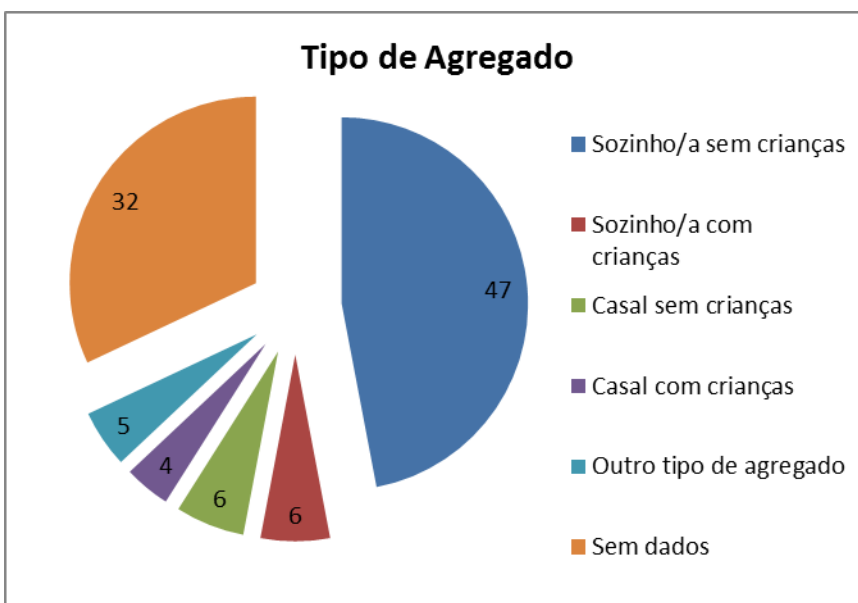
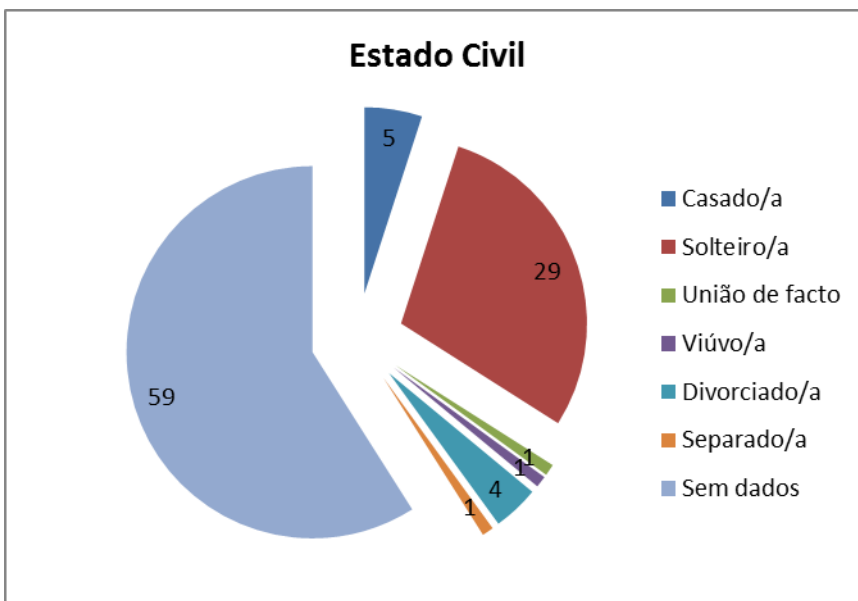
1- Distribuição por faixas etárias



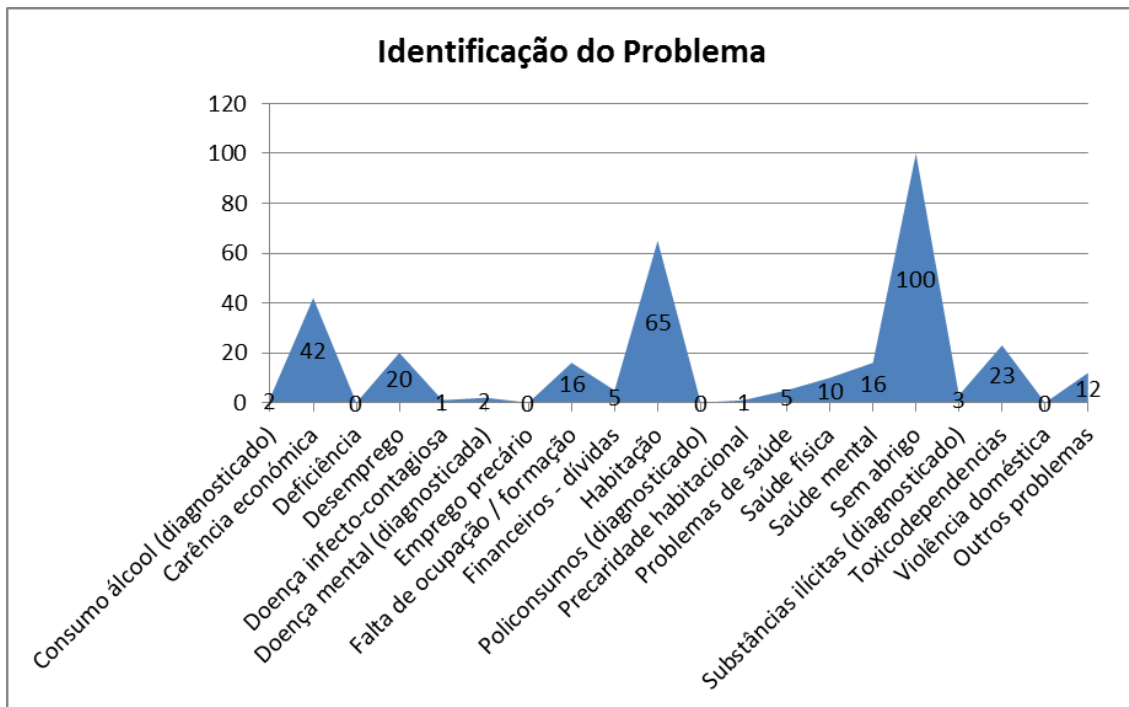
2- Distribuição comparativa por nacionalidade e naturalidade



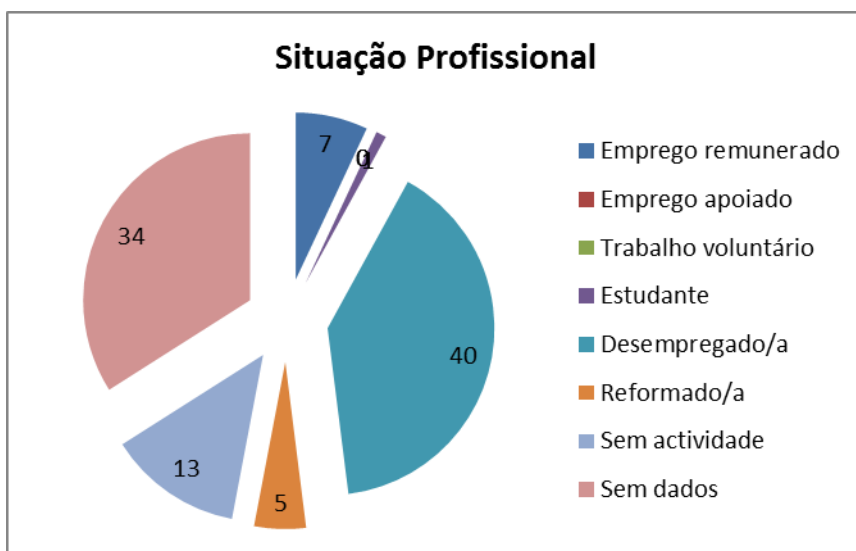
3- Distribuição por estado civil e tipologia de agregado

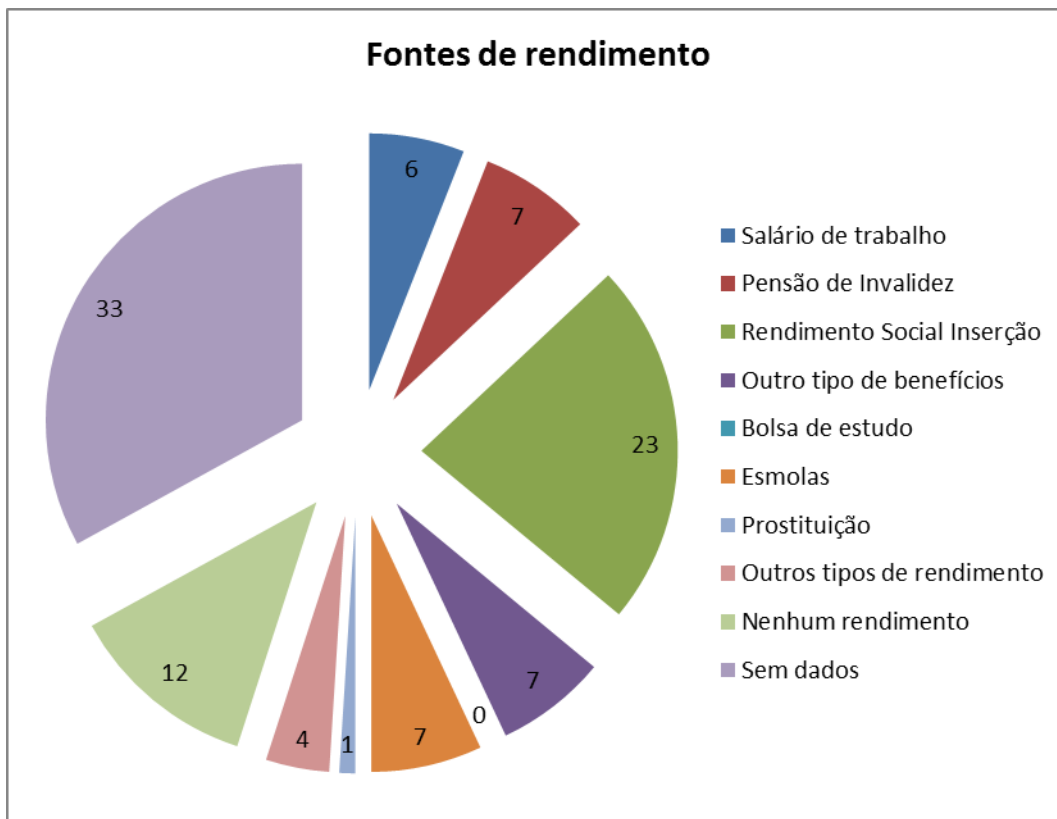


4- Identificação do Problema

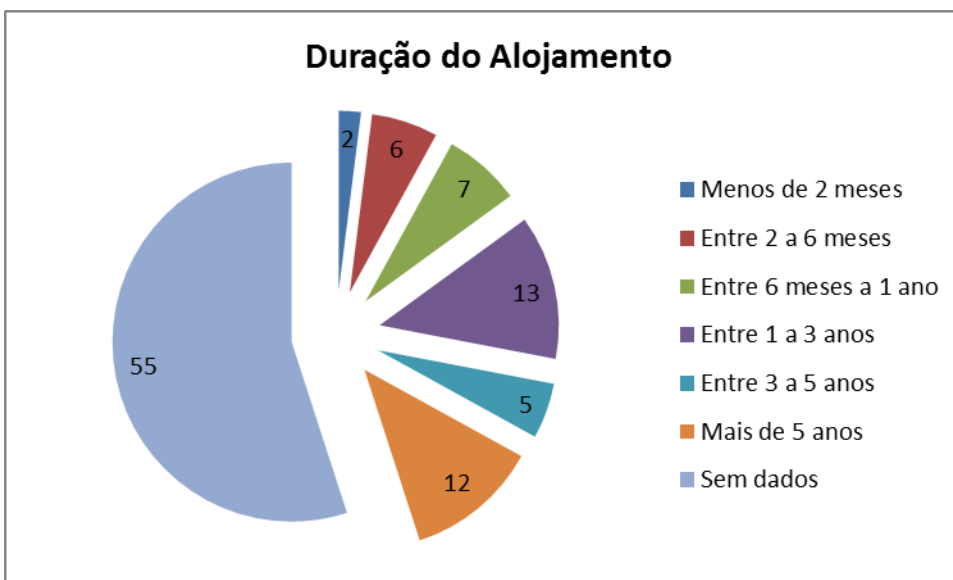
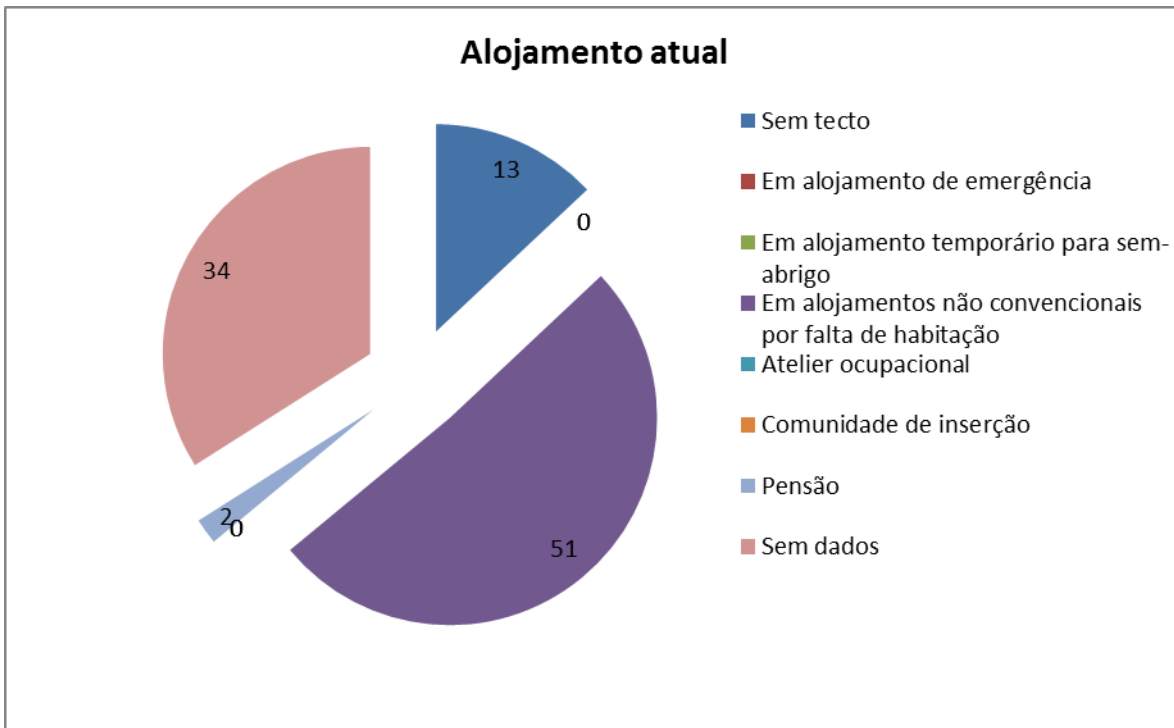


5- Distribuição por situação profissional e fonte de rendimento





6- Distribuição por situação de alojamento atual, duração desse alojamento e motivos que levaram aquele alojamento





Reuniões de acompanhamento

Ao processo de implementação e acompanhamento da execução do Plano, foram imprescindíveis as seguintes reuniões de acompanhamento:

Data	Local	Âmbito	Agenda
11/02/2014	E.T. Eixo Oeiras Cascais do CRI	Apresentação do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem Abrigo à Equipa de Tratamento do Eixo Oeiras Cascais do CRI-SICAD	Plano
25/02/2014	AEIPS Lisboa	AEIPS + DIPS + Município Barcelona + Ass. Barcelona	Metodologia Casas Primeiro em Lisboa e Cascais
14/03/2014	DHS	DIPS + AEIPS + Clube Gaivotas da Torre	Acompanhamento Projeto Casas Primeiro em Cascais Proposta de passagem da Gestão do Projeto Casas Primeiro em Cascais da AEIPS para o Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil: modelo de gestão do projeto; modelo de gestão técnica, financeira e logística do projeto.
02/04/2014	DHS	GPISA - DIPS + AMI + CCP Carcavelos + ACES Cascais (USP) + ISS Cascais + HPP Hospital Cascais Dr. José de Almeida + ET Eixo Oeiras/Cascais do CRI Lisboa Ocidental + Clube Gaivotas da Torre + SER+	Plano de Ação 2014
09/04/2014	Centro Convívio Bairro do Rosário – U.F. Cascais Estoril	Plenário do CLAS	Apresentação e aprovação do Plano 2014-2018
30/04/2014	AEIPS Lisboa	AEIPS + DIPS + CM Coimbra + Ass. Integrar (Coimbra) + Ass Florinhas do Vouga (Aveiro) + Ass. Piaget (VN Gaia) + CM Aveiro + CM Amadora + CM Braga + Ass. Crescer na Maior Lisboa	Enquadramento da proposta de constituição da rede nacional de cidades a desenvolver ou a vir a implementar a metodologia Casas Primeiro e candidatura desta metodologia em parceria para os fundos comunitários 2014-2020.
15/05/2014	DHS	DIPS + AEIPS	Acompanhamento Casas Primeiro em Cascais
02/07/2014	DHS	GPISA - DIPS + AMI + CCP Carcavelos + ACES Cascais (USP) + ISS Cascais + HPP Hospital Cascais Dr. José de Almeida + ET Eixo Oeiras/Cascais do CRI Lisboa Ocidental + Clube Gaivotas da Torre + SER+	Ponto de situação do desenvolvimento do Plano de Ação 2014. Via Verde Saúde Mental
25/09/2014	DHS	DIPS + AEIPS + Clube Gaivotas da Torre – Ass. Juvenil (CGT)	Proposta Projeto Alojamento à Medida
15/10/2014	União Freguesias Cascais Estoril - Estoril	AEIPS + DIPS + CM Coimbra + Ass. Integrar (Coimbra) + Ass Florinhas do Vouga (Aveiro) + Ass. Piaget (VN Gaia) + CM Aveiro + CM Amadora + CM Braga + Ass. Crescer na Maior Lisboa + Clube Gaivotas da Torre – Ass. Juvenil	Ponto de situação da Parceria Nacional Housing First Portugal a candidatar ao Portugal 2020
10/12/2014	DHS	GPISA - DIPS + AMI + CCP Carcavelos + ACES Cascais (USP) + ISS Cascais + HPP Hospital Cascais Dr. José de Almeida + ET Eixo Oeiras/Cascais do CRI Lisboa Ocidental + Clube Gaivotas da Torre + SER+	Apresentação Projeto Alojamento à Medida (PAM); Proposta de validação de critérios de priorização de pessoas a integrar no PAM;

19/12/2014	DHS	DIPS + AEIPS + CGT + Cascais Envolvente	Acompanhamento Projeto Casas Primeiro em Cascais e ponto de situação do Projeto Alojamento à Medida
------------	-----	--	---

Outras Participações

Data	Local	Âmbito	Agenda
19/09/2014	Varsóvia - Polónia	Apresentação da comunicação "Cascais is changing" na «9th European Research Conference on Homelessness – Homelessness in time of crisis» organizada pelo European Observatory on Homelessness e pela European Federation on National Organisation Working with the Homelessness (FEANTSA)	LINK

Publicações

Data	Local	Âmbito
Julho 2014	Habitact Policy Bank	Cascais